

## **O CONCEITO DE ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE MODERNA — OS PARQUES E OS JARDINS, SÍMBOLOS DE LAZER E DE HARMONIA**

A melhor forma de defender os espaços públicos passa por resolver a sua articulação com os espaços privados e assegurar que ambos são suficientes para responder às necessidades do sistema urbano.

Os espaços exteriores urbanos existem como contraponto dos espaços interiores e ambos resultam de um processo de desenho arquitectónico e paisagístico. São os edifícios com as suas arquitecturas, funções e actividades que, em última instância, demarcam, definem e caracterizam os espaços exteriores e potenciam a sua expressão na paisagem urbana.

É maniqueísta e falso sustentar que todos os espaços livres e "verdes" são desejáveis e, de sua natureza, bons, e seria insensato sustentar que tudo o que é construção e "betão" é mau. Mas esta ideia está subjacente a um conjunto diversificado de discursos rotulados de ecologistas ou ambientalistas e realmente eficazes na legitimação de interesses e poderes sobre o urbanismo e o ambiente perante a opinião pública.

Neste tipo de discursos a Cidade é insinuada como o reino do Mal, artificialmente construída pelo homem, quando confrontada com o Campo, como repositório de virtudes naturais. A carga ideológica e emocional destas dicotomias simplistas, grosseiras e erradas prejudica seriamente o entendimento das realidades urbanísticas e dos seus problemas. A cidade, onde a população tende a concentrar-se, é, de facto, o teatro principal da vida e, naturalmente, é num contexto urbano que se localizam as alegrias e os desencantos da vida moderna.

### **A casa**

O centro das atenções na problemática da cidade é, incontornavelmente, a casa e o quotidiano dos seus habitantes. Não obstante serem discutíveis os padrões comuns de qualidade e de conforto do parque habitacional, a cidade moderna estrutura-se a partir da casa e quase tudo se organiza para ir ao encontro da satisfação das necessidades do consumo doméstico.

A privacidade da casa é, ao mesmo tempo, condição e garantia de liberdade. Isso não obsta a que a casa, em parte, se integre também no domínio público enquanto objecto e imagem de um conjunto urbanístico, permitindo assim que os espaços privados sejam

fruídos a partir dos espaços públicos. Isto é particularmente evidente com o arvoredo dos jardins particulares.

O urbanismo, na sua expressão mais nobre, foca as pessoas na sua vida quotidiana; preocupa-se com o conforto da habitação, considerando as infraestruturas básicas, os serviços sociais, o desafogo, o modo como é entendida e sentida a linguagem arquitectónica, o quão salutar é para as pessoas viverem numa casa com jardim ou pequeno quintal; atende às relações de vizinhança, sabendo que muitos dos conflitos entre vizinhos advêm de disfunções urbanísticas que interferem com o direito das famílias à privacidade, ao sossego e a um mínimo de autonomia territorial, que engloba a capacidade de controlo sobre o espaço físico da casa. Note-se que na habitação colectiva há uma perda de capacidade de conservação, restauro e adaptação do edifício, que fica dependente de uma administração menos directa.

Por razões de identidade cultural e de equilíbrio emocional, todos nós temos necessidade de pertencer a uma comunidade; todos temos "a minha terra" como um valor afectivo instintivo. Esta afectividade bruta é uma base educativa potencial e aberta à influência de referências culturais materializadas na arquitectura da cidade e da paisagem em geral. O urbanismo tem aqui a razão e a responsabilidade de criar referências arquitectónicas e paisagísticas eruditas que difundam valores.

### **Público *versus* privado**

As interdependências entre os espaços públicos e privados são um problema de forma, de proporção e de escala que remete para o desenho e que só é possível quantificar casuisticamente em obras feitas. Desenganam-se os que acreditam que o urbanismo é redutível a tabelas do tipo "x m<sup>2</sup>/habitante".

Com o recuo da iniciativa municipal na produção de solo urbano, em benefício das urbanizações particulares, a cidade das ruas, das praças e dos jardins públicos deu lugar a um tecido de ilhas de condomínios fechados com os seus emblemáticos campos de ténis. Nestas urbanizações dispersas as ruas desaparecem, a estrada comunica directamente com a casa que fica isolada num ponto e os espaços públicos são residuais, difusos ou simplesmente suprimidos. O isolamento enfatiza a necessidade do transporte individual. A estrada, o automóvel e os parques de estacionamento tendem a dominar os espaços exteriores. A cidade fragmenta-se em unidades que só comunicam entre si através de vias impróprias para andar a pé. Estas estradas ambíguas são barreiras que cortam a cidade,

percursos sem escala humana e sem sentido para o peão. Entre essas urbanizações só se anda de carro e não constituem apenas fenómenos periféricos porque disputam também áreas centrais, quebrando aí a continuidade do tecido urbano "consolidado".

Neste contexto, os padrões tradicionais de espaços públicos não têm sentido, embora sejam por vezes mimetizados, fingidos num desenho que se dirige mais para a publicidade do produto imobiliário do que para a procura de autenticidade no gesto criativo.

Os novos espaços públicos são também os centros comerciais, as praias, as marinas; mas há razões para que o urbanismo não perca as referências-padrão das avenidas; dos passeios arborizados, animados pelo movimento do comércio com as suas montras; das esplanadas; das praças; dos rossios; dos campos de feira; dos adros; dos jardins públicos; dos parques urbanos e outros que, em conjunto, constituem um léxico rico de inspirações para um desenho urbano atento à questão dos equilíbrios compósitos entre espaços públicos e privados.

O desenho dos espaços exteriores tem uma tradição eminentemente prática, difícil de teorizar, porque corresponde a uma realidade mais casuística, muito ligada ao sítio e por isso menos estudada e sistematizada do que a arquitectura dos edifícios. Daí a necessidade de aprofundar a reflexão crítica sobre os paradigmas dos espaços exteriores urbanos em geral e do espaço público em particular.

Tomemos o caso dos jardins: — não será errado constatar que há uma inibição à crítica sobre estes espaços. É raro emitir-se um juízo criterioso e objectivo sobre a avaliação estética de um jardim. O costume é as pessoas aceitarem todos os jardins, considerando uns mais bonitos do que outros; mas sem enveredar por um discurso de rigor para a avaliação do mérito absoluto de um jardim enquanto obra de arte.

Há portanto uma tolerância generalizada, em matéria de jardins e de "espaços verdes" urbanos. A cidade reivindica espaços livres e verdes quaisquer que eles sejam. Mas convenhamos que há bons e maus jardins, espaços públicos conseguidos e outros que nasceram sem alma.

### **Enunciados breves sobre os espaços exteriores urbanos**

1. O programa completo de uma casa inclui o logradouro privado, o **jardim particular** ou o quintal. Um bairro deve integrar o seu **jardim público**.

A cidade deve proporcionar aos seus habitantes a fruição de um **parque urbano**, o mais central possível, e é em torno do parque que se podem, com fundamento, desenvolver os edifícios em altura.

2. Os passeios das ruas e avenidas devem ser **desafogados e suficientemente largos** para poderem ser arborizados e proporcionarem percursos de sombra. É preferível um passeio amplo que tolere o estacionamento automóvel do que um passeio estreito com uma faixa de estacionamento ao lado.
3. Os espaços públicos são, na sua melhor tradição, polivalentes e abertos a **acontecimentos efémeros** (mercados de levante, exposições, espectáculos de rua, festividades, etc.). Contudo, o ritmo destes eventos deve ser espaçado para não haver uma ocupação sistemática e abusiva do espaço público.
4. O espaço público não deve ser apropriado pela publicidade deslocada. Uma coisa são os anúncios das lojas, a informação sobre as coisas que existem nos sítios; outra é a **intrusão de propaganda**.
5. Os espaços são apropriados pelos seus habitantes também enquanto referências das suas **memórias**. Os espaços consolidados, construtivamente acabados e apropriados pelo imaginário dos habitantes merecem ser respeitados como peças a conservar.

As tendências para renovar e reformular ou, de algum modo, mudar a identidade dos sítios estabilizados que pertencem à memória colectiva, constituem uma agressão.

O que está em causa não é só a defesa do património edificado — em muitos casos o mérito e o valor estético podem ser reduzidos —, a razão para a salvaguarda está também no respeito pelo relacionamento afectivo das pessoas com esses **espaços simbólicos** e significativos na memória das populações.

6. Há espaços exteriores que não sendo públicos são da maior importância numa perspectiva de interesse público — é o caso dos **recreios** e dos **espaços de convívio das escolas**.

A percepção que a criança tem da escola é indissociável da expressão arquitectónica do edifício e dos seus espaços exteriores e nessa relação, mais do que um conteúdo pedagógico, há o valor do facto real de uma vivência.

Uma parte essencial do carácter simbólico das instituições sociais, como a escola, materializa-se na representatividade das suas formas arquitectónicas.

7. Também no urbanismo, a técnica com que se constrói a realidade vai à frente do conhecimento — a **cidade não se confina mais à mancha do seu perímetro** urbano tradicional e configura-se num conjunto de pólos entre os quais se tecem relações agregadoras.

A cidade desdobra-se para integrar os seus espaços de recreio (parques florestais, zonas desportivas, complexos turísticos, praias), subúrbios plurifuncionais, pólos terciários periféricos que competem com as tradicionais "baixas" e com os centros históricos. O que nos espanta é o modo, tão natural, como isto acontece à revelia dos planos, subvertendo-os e mostrando as limitações da instrumentalização burocrática, administrativista e meramente gestionária dos planos.

No entanto, a sociedade precisa desesperadamente de prever, de garantir, de pré-conceber o futuro, de reduzir e balizar os domínios de incerteza.

O urbanismo precisa de assumir a sua dimensão mais ampla, que vai para além da cidade e dos seus perímetros, assumindo a consciencialização do território na sua globalidade.

8. Os espaços públicos contribuem para a comunicação, o encontro e o relacionamento entre as pessoas e é por eles que se faz a unificação do tecido urbano. A sua qualificação resulta de um delicado jogo de desenho entre espaços **interiores** e **exteriores**, volumes edificados e espaços livres, maciços arbóreos e clareiras.
9. No espaço público devem ser defendidos os predicados de **segurança** e **conforto** para a circulação e estadia dos utentes. O ruído das obras, a implantação dos estaleiros e as perturbações excessivas do trânsito são factores a controlar com rigor.
10. Justificam-se medidas de **protecção especiais dos espaços livres** nos tecidos consolidados. Os jardins, de moradias e de outros edifícios públicos e privados, são frequentemente sacrificados às necessidades de expansão de área construída, que geralmente nunca ficam satisfeitas. Assim se destrói a coerência arquitectónica de muitos edifícios e de estruturas urbanas agradáveis, dando origem a tecidos congestionados e incharacterísticos.

A expansão também se pode fazer sem sacrificar os espaços livres, mas, a melhor solução nestes casos, é mudar de edifício e de sítio.

11. O espaço público deve ser concebido **prioritariamente para os peões**, de tal modo que os condutores de automóvel percebam que o espaço não lhes pertence e que apenas são aí tolerados.

É preocupante a expansão da sinalética com crescentes proibições à circulação de peões no espaço público, a pretexto de os defender do trânsito.

12. Algumas cidades criaram, principalmente entre os anos 20 e 40, os seus **parkway**, parques a enquadrar estradas para passear de automóvel.

Assim surgiu o conceito de parque linear, que depois englobou também trilhos para peões e ciclistas, designados por **greenways** e troços de rios preparados para passeios de barco e a pé ao longo das margens, designados por **riverways**.

Hoje, este conceito presta-se para explorar novas formas de espaços públicos enriquecedores das estruturas urbanas. O prazer de conduzir o carro em passeio, andar de bicicleta, de barco ou a pé pela floresta são possibilidades que se oferecem a partir da própria cidade.

13. Faz parte do conforto dos espaços públicos terem **bancos generosamente distribuídos**, onde as pessoas possam estar, repousar e observar a animação da cidade.

14. A arquitectura dos espaços exteriores desenvolve **padrões de desenho** específicos e, também devido ao peso que têm no espaço da cidade, recomenda-se que sejam construídos com materiais duráveis e que facilitem as operações de limpeza.

A conservação dos pavimentos é particularmente relevante na economia da gestão municipal e, à excepção das vias de trânsito rápido e intenso, os melhores pavimentos são os de granito, atendendo ao custo, à durabilidade e ao efeito estético.

15. A cidade moderna precisa de **espaços públicos amplos e desafogados**, o que não é compatível com constrangimentos administrativos de todo o tipo, que induzem configurações urbanas atrofiadas, apertadas, sobredensificadas e especulativas.

16. As soluções para conflitualidades potenciais entre peões, transportes particulares, estacionamento e transportes públicos, desenvolvem-se no âmbito de uma prática

empenhada de desenho urbano num processo de **planeamento integrado**. Refutam-se as medidas sectoriais avulsas que conduzem a radicalizações e a monofuncionalidades.

O **urbanismo fundamental** — o do desenho e do acompanhamento das obras de construção e recuperação da cidade, dos campos e das paisagens — tem, como um dos recursos essenciais, o **tempo** para desenvolver as ideias e a continuidade dos processos que conduzem à realização das obras.

Professor Doutor Sidónio Pardal